

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais.

Período de Análise: 01/06/2016 a 30/06/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico

Jornal O Globo

Jornal Estado de São Paulo

Sítio eletrônico do MDS

Sítio eletrônico do MDA

Sítio eletrônico do INCRA

Sítio eletrônico do MAPA

Sítio eletrônico da Agência Carta Maior

Sítio Eletrônico da Fetraf

Sítio Eletrônico da MST

Sítio Eletrônico da Contag

Sítio Eletrônico da CNA

Site Eletrônico da ABAG

Site Eletrônico da CONAB

Site Eletrônico da CPT

Site Eletrônico do MMA

Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice

Militantes são presos em Goiás por pertencerem ao MST. Site do MST, 01/06/2016.	3
CPT emite nota pública em contra a criminalização da luta pela terra em GO. Site do MST, 01/06/2016.....	4
Ex-presidente da OAB vai a Goiás defender militantes da Reforma Agrária. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 02/06/2016.....	6
Pastoral da Terra lança Campanha CPT 40 anos em Mariana (MG). Cristhine Passos. Site do MST, 03/06/2016.....	7
O desmonte da legislação de agrotóxicos e as ameaças para o campo. Cleber A. R. Folgado. Site do MST, 08/06/2016.	9
Em Pernambuco, MST tranca rodovias em protesto contra a extinção MDA. PhillypMikell. Site do MST, 09/06/2016.	15
Trabalhadores (as) rurais ocupam Caixa Econômica, Banco do Brasil e INSS. Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 09/06/2016.....	16
MST realiza lançamento do Festival Nacional da Reforma Agrária na Ocupação da Funarte. GeaniniHackbardt. Site do MST, 13/06/2016.	18
Agroecologia e ergonomia são temas do curso de Saúde na Bahia. Site do MST, 13/06/2016.....	18
Campo e cidade se unem em ocupação do prédio do INSS, em Porto Alegre. Catiana de Medeiros. Site do MST, 14/06/2016.	19
Manifestantes invadem sede dos ministérios do Trabalho e da Fazenda. IdianaTomazelli - O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 16/06/2016	21
Ministério da Justiça envia Força Nacional para área de conflitos em MS. André Borges - O Estado de São Paulo, Política. 16/06/2016	21
Brasil é o país com mais assassinatos de ambientalistas no mundo, diz ON. AFP – O Globo, Sociedade. 20/06/2016.....	22
TCE engavetou 21 processos sobre obra do Maracanã. Juliana Castro e Chico Otavio – O Globo, Brasil. 20/06/2016.....	24
MST vai inserir o tema da agroecologia na educação básica das escolas do campo. Catiana de Medeiros. Site do MST, 21/06/2016.	28
MEC ocupado por mais de 5 mil profissionais da educação de todo o Brasil. Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura(CONTAG). 29/06/2016	30

Militantes são presos em Goiás por pertencerem ao MST. Site do MST, 01/06/2016.

As organizações, movimentos, entidades, juristas e intelectuais progressistas tem manifestado profunda solidariedade contra essa ofensiva do latifúndio e do agronegócio.

No contexto de recrudescimento das forças conservadoras e recorrente perseguição aos movimentos de luta democrática, o MST no estado de Goiás tem denunciado a instauração de um clima de criminalização aos seus militantes (Leia mais [aqui](#)). Nesta terça-feira (31), o militante pela Reforma Agrária José Valdir Misnerovicz foi preso em Veranópolis (RS) numa operação desencadeada pela Polícia Civil de Goiás e articulada com a Polícia do Rio Grande do Sul.

Uma campanha de solidariedade envolvendo o conjunto da sociedade civil de Goiás já está sendo feita e o MST emitiu uma nota, em que denuncia "a escalada da repressão contra a luta pela terra" no estado. Confira na íntegra:

NOTA DO MST-GOÍÁS SOBRE A PERSEGUIÇÃO POLÍTICA AOS LUTADORES DA REFORMA AGRÁRIA

O MST no estado de Goiás vem a público denunciar a escalada da repressão contra a luta pela terra. Na terça-feira (31/05), o intelectual e militante pela Reforma Agrária José Valdir Misnerovicz que se encontrava em Veranópolis, no Rio Grande do Sul, foi surpreendido por uma operação articulada entre a Polícia Civil do Rio Grande do Sul e de Goiás para sua prisão. Esse fato soma-se a prisão do agricultor Sem Terra Luiz Batista Borges que está recluso no Centro de Prisão Provisória em Rio Verde desde o dia 14 de abril, alvo do mesmo processo que busca criminalizar o MST o enquadrando como organização criminosa, com base na Lei 12.850/2013.

Acusamos o poder judiciário e as forças policiais de Goiás de realizarem uma evidente perseguição política contra a justa luta popular pela Reforma Agrária. A tentativa das forças reacionárias do estado, articuladas também pelos senadores Eunício de Oliveira (PMDB/CE), Ronaldo Caiado (DEM/GO), pelo Secretário de Segurança Pública de Goiás, José Elinton Junior e por parcela do Judiciário goiano é de tornar ilegal a luta pela terra no estado. Compreendemos estes fatos como uma movimentação das forças conservadoras deflagradas pelo golpe federal, inaugurando um novo período de repressão e criminalização graves contra os movimentos populares.

Afirmamos que essas ações, contudo, fracassarão! As organizações, movimentos, entidades, juristas e intelectuais progressistas tem manifestado profunda solidariedade contra essa ofensiva do latifúndio e do agronegócio. As famílias Sem Terra não retrocederão um passo sequer. Ao contrário, manterão a luta contra a concentração de terra e pela justiça social em Goiás.

CPT emite nota pública em contra a criminalização da luta pela terra em GO. Site do MST, 01/06/2016.

"Já há farta jurisprudência do STJ, do STF e de Tribunais de Justiça afirmando que a luta dos sem terra é um exercício de cidadania e que não há, portanto, que se confundir com crime.", diz trecho da nota.

A Comissão Pastoral da Terra lançou nesta quarta-feira (01) Nota condenando a perseguição aos lutadores pela Reforma Agrária e se posicionou veemente contra a prisão de militantes pela Polícia de Goiás, como ocorrido nesta terça-feira (31) com José Valdir Misnerovicz. Confira a nota:

NOTA PÚBLICA

Lutar pela terra, um exercício de cidadania

Na tarde de ontem (31) um dos dirigentes nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com atuação em Goiás, José Valdir Misnerovicz, foi preso no Rio Grande do Sul, numa operação conjunta das Polícias Civil dos estados de Goiás e Rio Grande do Sul. Duas viaturas da Polícia Civil de Goiás estavam no Rio Grande do Sul e estão transferindo Valdir para Goiás.

Também ontem se completaram 47 dias da prisão do militante do MST Luiz Batista Borges, do acampamento Padre Josimo, em Santa Helena Goiás. Ele está encarcerado no município de Rio Verde.

Diante disto, as organizações que assinam a presente Nota, indignadas diante da parcialidade da Justiça, expõem à opinião pública nacional, o contexto e as motivações destas prisões.

O mandado de prisão

No dia 14 de abril de 2016, um colegiado de três juízes, tendo a presidência cabeça o juiz da Comarca de Santa Helena de Goiás (GO), expediu mandado de prisão contra os pequenos agricultores Luiz Batista Borges, Diessyka Santana e Natalino de Jesus, integrantes do acampamento Padre Josimo, e contra José Valdir Misnerovicz, conhecido nacional e internacionalmente como militante e defensor da Reforma Agrária.

Luiz foi preso ao atender convite para prestar esclarecimentos na delegacia local.

O absurdo que salta aos olhos neste processo é que o MST, pela primeira vez, foi enquadrado na Lei nº 12.850/2013, que tipifica as organizações criminosas.

A decisão judicial, ao que tudo indica, foi articulada com o governo estadual. Dois dias antes, em 12 de abril, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás havia baixado a portaria n. 446, que impunha às polícias Civil e Militar estado de “prontidão”, por dois meses, para suposta “proteção da ordem pública e da paz social”, para acompanhar “possíveis delitos em conflitos urbanos e rurais”. A Secretaria de Segurança antevia violentas manifestações no caso da prisão de dirigentes do movimento.

O que está por trás desta decisão?

A decisão judicial refere-se à ocupação por mais de 1.500 famílias ligadas ao MST de uma pequena parte da Usina Santa Helena, em recuperação judicial. A usina faz parte do grupo econômico NAOUM, que está sendo processado pela prática de diversos crimes, entre os quais o de ocultação de documentos e equipamentos de informática com a finalidade de apagar as provas das fraudes e o de descumprimento das obrigações trabalhistas. Há mais de duas mil ações trabalhistas em curso contra o grupo, o que coloca seus ex-funcionários na absoluta marginalidade, privados das necessidades básicas de sobrevivência. Os trabalhadores desempregados têm feito constantes manifestações contra a usina.

Não bastasse isso, os antigos administradores, Srs. Monir Naoum, Willian Naoum e Georges Naoum, foram condenados pela prática do crime de apropriação indébita de contribuições sociais, pois descontavam dos funcionários as contribuições devidas e não as repassavam aos cofres públicos[1].

Além disso, o grupo tem descumprido sistematicamente suas obrigações tributárias. Após a decretação da recuperação judicial, calculou-se que a dívida do grupo com o erário público chegava a R\$ 1.257.829.201,07.

Diante disso, a União entrou com processo de execução fiscal contra a Usina na Vara Federal de Anápolis. Esta decidiu que os imóveis da Usina Santa Helena fossem adjudicados, quer dizer, fossem transferidos para o domínio da União para quitar uma pequena parte da dívida com a Fazenda Pública Federal. E esta manifestou interesse em destinar o imóvel ao INCRA para Reforma Agrária.

Foi então que os trabalhadores sem terra ocuparam parte do imóvel com a finalidade de pressionar os gestores públicos para que se acelerasse o processo de transferência do mesmo para o INCRA.

Ocupação consumada, foram movidas duas ações de reintegração de posse contra os ocupantes, em processos distintos. Nas duas ações foi determinado o despejo forçado das mais de 1.500 famílias acampadas, todas já produzindo alimentos na área.

Todavia, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que a decisão da Vara Federal de Anápolis era da competência do juízo da Comarca de Santa Helena de Goiás[2]. Este concluiu pela nulidade da ação julgada em Anápolis e decidiu que “o imóvel deve ser destinado à atividade agroindustrial da cana de açúcar e que sem terras dificilmente tocariam tal atividade com êxito, causando danos imensuráveis ao município de Santa Helena”. É de frisar que na área ocupada não há plantação de cana e sim de soja.

Quem é o criminoso?

Diante do exposto é de se perguntar, qual é a organização criminosa? Quem é mais danoso à sociedade? Os sem terra que lutam pela reforma agrária, princípio consagrado pela Constituição da República, ou a Usina Santa Helena que deixa milhares de trabalhadores à beira da miséria pelo não cumprimento de suas obrigações trabalhistas, além de não honrar seus débitos com seus fornecedores e com a União?

Enquadrar o MST como organização criminosa é a forma mais inconsequente de combater os movimentos sociais. Já há farta jurisprudência do STJ, do STF e de

Tribunais de Justiça afirmando que a luta dos sem terra é um exercício de cidadania e que não há, portanto, que se confundir com crime. Em todo o estado de Goiás nunca houve condenação judicial de qualquer ocupação de terra feita pelo MST.

No contexto da crise política que o Brasil hoje vive, a portaria da Secretaria de Segurança de Goiás, colocando suas polícias de prontidão, nada mais é do que a tentativa de transformar o estado num laboratório de repressão aos movimentos sociais. Ainda é no contexto desta crise que as forças reacionárias do latifúndio e do agronegócio encontram respaldo para suas ações violentas. Em 2015, de acordo com o relatório Conflitos no Campo Brasil, da CPT, foram assassinados 50 trabalhadores em conflitos no campo, número mais elevado desde 2004. E nestes primeiros cinco meses de 2016 já são 23 trabalhadores assassinados. Entre eles se destaca a execução de dois militantes do MST no Paraná.

A Justiça, quase que num monótono canto, coloca a defesa do direito à propriedade, mesmo não cumprindo sua função social, acima da defesa dos mais elementares direitos do cidadão. É do conhecimento de todos que a Reforma Agrária gera mais empregos diretos e faz circular riquezas dentro do próprio município, diferentemente dos grandes empreendimentos agropecuários. Exemplo disso é o próprio município de Santa Helena de Goiás, pródigo no uso de agrotóxicos e completamente incapaz de produzir seu próprio alimento.

A prisão do senhor Luiz Batista Borges e de Valdir Misnerovicz é a demonstração cabal de que lado se coloca a Justiça brasileira. Quando os pequenos se levantam na busca e defesa dos seus direitos são vistos como malfeitores e perigosos à tranquilidade social. Já o esbulho dos direitos dos pequenos é visto como processo normal e é o preço a ser pago ao desenvolvimento do país. E diante disto se curvam os poderes constituídos.

Ex-presidente da OAB vai a Goiás defender militantes da Reforma Agrária. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 02/06/2016

O ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcello Lavenère, concederá entrevista coletiva hoje, às 11h30, em frente ao Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), para tratar da criminalização dos movimentos sociais no estado e sobre os pedidos de prisão expedidos pela comarca de Santa Helena de Goiás contra acampados e militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Marcello Lavenère é um dos signatários do pedido de Habeas Corpus em favor do dirigente do MST, com atuação em Goiás, José Valdir Misnerovicz, preso no dia 31 de maio no Rio Grande do Sul. O pedido de Habeas Corpus também se estende a Luiz Batista Borges, do acampamento Padre Josimo, preso há 48 dias no município de Rio Verde. Além deles, outros dois trabalhadores estão com mandados de prisão expedidos.

A presença de Marcello Lavenère em Goiás é uma ação do Comitê de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino.

Histórico

No dia 14 de abril de 2016, um colegiado de três juízes, presidido pelo juiz da Comarca de Santa Helena de Goiás, expediu mandado de prisão contra os pequenos agricultores

Luiz Batista Borges, Diessyka Santana e Natalino de Jesus, integrantes do acampamento Padre Josimo, e contra José Valdir Misnerovicz, conhecido nacional e internacionalmente como militante e defensor da Reforma Agrária.

Luiz foi preso ao atender convite para prestar esclarecimentos na delegacia local.

O absurdo que salta aos olhos neste processo é que o MST, pela primeira vez, foi enquadrado na Lei nº 12.850/2013, que tipifica as organizações criminosas.

A decisão judicial, ao que tudo indica, foi articulada com o governo estadual. Dois dias antes, em 12 de abril, a Secretaria de Segurança Pública de Goiás havia baixado a portaria n. 446, que impunha às polícias Civil e Militar estado de “prontidão”, por dois meses, para suposta “proteção da ordem pública e da paz social”, para acompanhar “possíveis delitos em conflitos urbanos e rurais”. A Secretaria de Segurança antevia violentas manifestações no caso da prisão de dirigentes do movimento.

O que está por trás desta decisão?

A decisão judicial refere-se à ocupação por mais de 1.500 famílias ligadas ao MST de uma pequena parte da Usina Santa Helena, em Goiás, em recuperação judicial. A usina faz parte do grupo econômico NAOUM, que está sendo processado pela prática de diversos crimes, entre os quais o de ocultação de documentos e equipamentos de informática com a finalidade de apagar as provas das fraudes e o de descumprimento das obrigações trabalhistas.

Pastoral da Terra lança Campanha CPT 40 anos em Mariana (MG). Cristhine Passos. Site do MST, 03/06/2016.

A atividade antecedeu o início do Encontro Brasileiro dos Movimentos Populares em diálogo com o Papa Francisco, que segue de 2 a 4 de junho, também na cidade histórica de Mariana (MG).

Na noite de ontem, 1 de junho, a CPT lançou oficialmente a Campanha “CPT 40 anos” e sua publicação anual “Conflitos no Campo Brasil 2015”, que traz como tema principal a tragédia do rompimento da barragem da Samarco em Mariana.

A atividade antecedeu o início do Encontro Brasileiro dos Movimentos Populares em diálogo com o Papa Francisco, que segue de 2 a 4 de junho, também na cidade histórica de Mariana (MG).

A Campanha CPT 40 anos irá celebrar os 40 anos de caminhada da Pastoral e, também, desenvolver ações voltadas à captação de recursos financeiros para garantir a continuidade de suas ações. Toda a sociedade pode contribuir com o trabalho e as lutas defendidas pela CPT através de doações, ou mesmo com a compra de materiais que serão disponibilizados pela Pastoral em uma loja virtual no site www.cptnacional.org.br.

Thiago Valentim, da coordenação nacional da CPT, abriu a mesa lendo os nomes das 19 pessoas mortas pela lama proveniente do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), no ano passado. “É na memória desses homens e mulheres que foram

vítimas fatais nessa tragédia do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), que lançamos aqui hoje a publicação anual da CPT, Conflitos no Campo Brasil 2015”, destacou Thiago.

Dom Geraldo Lyrio, bispo da arquidiocese de Mariana, saudou a todos, e lembrou da participação da Igreja nas discussões da questão da terra, como quando do lançamento do documento da CNBB, “A Igreja e os problemas da terra”, em 1980 e, em 2014, o lançamento de outro documento que atualizou as análises sobre esse tema, no documento “A Igreja e a Questão Agrária no início do século XXI”.

“As decisões governamentais têm sido quase sempre tomadas para favorecer o latifúndio e o agronegócio. Se por um lado houve avanço na afirmação de direitos, por outro lado sente-se que os conflitos aumentam”, enfatizou Dom Geraldo.

“O lançamento da Campanha da CPT 40 anos no marco de seu aniversário e do relatório Conflitos no Campo Brasil 2015 aqui hoje mostra a realidade dos conflitos acompanhados pela CPT. Infelizmente, nada indica que venha a diminuir a enorme violência praticada contra os que vivem essa dura realidade. A Igreja não pode recuar em sua presença pastoral em todos os recantos desse país, ela precisa estar atenta à realidade dos povos do campo, das águas e das florestas”, disse o bispo.

Sobre o desastre ocorrido em Mariana, o bispo lamentou os enormes prejuízos ambientais e, principalmente, as vidas e as famílias que foram destruídas pela lama da Samarco. “A realidade que estamos vivendo em Mariana com o rompimento da barragem, nos faz tocar com as próprias mãos as tristes consequências do maior desastre ambiental já ocorrido no Brasil, e um dos maiores do mundo. Agradeço a CPT por marcar esse evento aqui em Mariana, por sua solidariedade, como agradeço aos irmãos e irmãs que vieram para o Encontro pelo mesmo motivo. Esse desastre tem proporções incalculáveis e há prejuízos que são irreparáveis”.

Os conflitos que todos registram em seu dia a dia de luta

A pastora e assessora da CPT, Nancy Cardoso, analisou os dados compilados pela CPT em sua publicação Conflitos no Campo Brasil 2015. Para ela, todo e toda militante escreve seu próprio relatório de conflitos. Em suas agendas, cadernos de anotações, com as histórias que acompanham em seu cotidiano de lutas, estão os registros e os conflitos que encontramos no relatório da CPT.

“A publicação dos conflitos feita pela CPT é isso, é a junção de todos os dados que os agentes da CPT e os parceiros, foram registrando ao longo dos anos. Nós temos uma grande tarefa diante de nós, esses grandes conflitos e o enfrentamento a eles, que estão cada vez mais claros à nossa frente, como foi essa tragédia de Mariana”, destacou ela. “A gente faz um esforço de juntar todas essas lutas, para que nenhuma delas caia no esquecimento. Esse é um ato de espiritualidade!”, finalizou a pastora.

Maria do Carmo, coordenadora da CPT em Minas Gerais, destacou os conflitos que são mais recorrentes no estado. “Precisamos lembrar aqui que os conflitos envolvendo barragens não param por aqui nesse desastre de Mariana. 8% das estruturas de contenção de rejeitos não estão preparadas e nem seguras para o seu funcionamento. Os projetos são executados em detrimento da segurança das pessoas”. Maria enfatizou que os conflitos por terra no estado atingem principalmente os quilombolas e a classe trabalhadora.

A CPT na formação de lutadores e lutadoras

Rosângela Piovezani, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), destacou a importância da CPT na sua formação como militante. “Fazer essa fala aqui me remete à minha história. Eu sou fruto dessa caminhada, de uma formação que a CPT fez. Eu ajudei no processo de construção do regional da CPT em Roraima. Sempre é muito gratificante para mim enquanto pessoa falar sobre a CPT. Gostaria de dizer que os movimentos de luta no campo, quase todos, quase todos mesmo, são frutos dos processos de formação da CPT. E os dirigentes que tiveram essa formação, seguem na luta até hoje, o que mostra que o trabalho da CPT é muito ético e de compromisso com quem ele forma e acompanha. O papel da CPT para mim sempre foi e sempre é a questão da missão, de acompanhar, de registrar as denúncias também. Os registros da CPT são registros para ficar na história, na memória, que o Estado nega e até mesmo é conivente com esses conflitos. Quero agradecer todo esse trabalho, quero agradecer à CPT por ter-se mantido fiel à sua missão”.

Rômulo Campos, da FETAEMG, da mesma forma destacou o início de sua militância por intermédio dos processos de formação promovidos pela CPT. “O que me fez ir para a FETAEMG, onde estou há 33 anos, foi a CPT. Eu estou aqui como se estivesse voltando para a minha casa. Tenho muito respeito mesmo pela CPT e pela luta dela. A maioria das pessoas que eu conheço, que defende o povo mais pobre, começou nas pastorais sociais, assim como eu”.

Frei Olavo Dotto, das pastorais sociais da CNBB, levou aos participantes da atividade a saudação de Dom Guilherme Werlang, que preside a Comissão das Pastorais Sociais, na Conferência dos Bispos. “Nesses 40 anos de caminhada, de abrir o olhar para o futuro, a CPT sempre se mostrou atual, atenta à profecia a que ela se comprometeu a seguir. Eu espero que ela continue com essa presença, profética e solidária, à serviço, e que ela continue a denunciar essa face malvada do capitalismo. Celebrar esses 40 anos é celebrar essa ação de graças e de esperança na continuidade de seu trabalho de presença e denúncia”.

O desmonte da legislação de agrotóxicos e as ameaças para o campo. Cleber A. R. Folgado. Site do MST, 08/06/2016.

O Projeto de Lei 3200/15 e o Projeto de Lei 1687/15 são alguns dos instrumentos da trama em curso que aponta para o desmonte da legislação de agrotóxicos

Na atual conjuntura temos visto a afirmação – da qual concordo – de que impeachment sem crime é golpe. Os áudios divulgados recentemente apontam para a existência de uma complexa trama, com intencionalidade clara, em torno da construção deste golpe. Há que se atentar, porém, para o fato de que existem outras tramas curso. Portanto não é apenas a democracia que se encontra ameaçada, mas um conjunto de outros direitos historicamente conquistados pelo povo brasileiro. O Projeto de Lei 3200/15 e o Projeto de Lei 1687/15 são alguns dos instrumentos da trama em curso que aponta para o desmonte da legislação de agrotóxicos, o que em outras palavras significa a ameaça de direitos sociais.

Antes de adentrar nos retrocessos que propõem o PL 3200/15 e o PL 1687/15, façamos um breve resgate histórico sobre como se formou a atual legislação de agrotóxicos.

Histórico de construção da lei de agrotóxicos

O sistema normativo de agrotóxicos brasileiro tem como pedra angular a Lei 7.802 de 11 de julho de 1989. Antes dessa lei, os agrotóxicos eram regulados por um conjunto disperso de normas que tinham como base principal o Decreto 24.114 de, 12 de abril de 1934, que tratava da defesa sanitária vegetal. Em virtude dessa dispersão de normas e da limitação das próprias normas em si, o sistema normativo de agrotóxicos da época era extremamente frágil. Essa fragilidade normativa somada aos programas de incentivo governamental para adoção do pacote tecnológico químico-dependente da revolução verde foram elementos fundamentais para que se consolidasse o uso de agrotóxicos como prática hegemônica nos processos produtivos no Brasil.

Na medida em que o ciclo vicioso de uso de agrotóxicos se consolidava no campo brasileiro, as contradições do modelo também iam aparecendo, de modo passa-se a identificar contaminações de mananciais de água, animais, pessoas, etc. Infelizmente a capacidade legislativa de criar normas de proteção a saúde e ao meio ambiente não acompanhava a velocidade com que os venenos se proliferavam na prática produtiva agrícola.

Fruto dessas contradições, no ano de 1982, descobre-se que as águas do Rio Guaíba, principal fonte de abastecimento de água potável da capital gaúcha – Porto Alegre – estavam contaminadas por resíduos de agrotóxicos, tais como heptacloro, endosulfan e outros produtos da família dos organoclorados, amplamente utilizados na produção agrícola da região. Este fato possibilitou que um conjunto de organizações, liderados pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) se mobilizassem e a partir de um longo processo de luta e pressão social aos parlamentares, fosse aprovada no dia 02 de dezembro de 1982 a lei estadual de agrotóxicos, que só viria a ser publicada no Diário Oficial do estado em 22 de dezembro de 1982 com a descrição de Lei nº 7.747. O texto sancionado pelo governador Amaral de Souza apresentava cinco vetos, que foram derrubados em votação no dia 14 de abril de 1983, mantendo-se na íntegra o texto aprovado.

Após a aprovação da Lei Estadual de Agrotóxicos do Rio Grande do Sul, vários outros estados da federação seguiram o exemplo e construíram suas legislações estaduais, tendo por base a Lei gaúcha. Dentre elas podemos citar: a Lei Paranaense nº 7.827, de 29 de dezembro de 1983; a Lei Paulista nº 4.002, de 05 de janeiro de 1984 (2); a Lei nº 6.452, de 19 de novembro de 1984, do Estado de Santa Catarina (3); as Leis Estaduais do Rio de Janeiro nº 801, de 20 de novembro de 1984, e nº 1.027, de 06 de agosto de 1986 (4); a Lei Estadual do Mato Grosso nº 4.638, de 10 de janeiro de 1984 (5); a Lei Estadual de Minas Gerais nº 9.121, de 30 de dezembro de 1985; dentre outras.

Diante da pressão social através da construção de leis estaduais para legislar especificamente os agrotóxicos, o governo federal se vê acuado e realiza a primeira tentativa de criar uma lei federal em 1986, quando o então Presidente José Sarney nomeou Pedro Simon como Ministro da Agricultura. O novo ministro tratou de reunir uma comissão especial afim de construir um anteprojeto que pudesse substituir o Decreto 24.114/1934. O Decreto nº 91.633, de 09 de setembro de 1985, criou a Comissão Especial composta por 27 membros, que tinham a tarefa de em 60 dias construir o anteprojeto de lei para os agrotóxicos. A comissão cumpriu o prazo e em ato solene, no dia 9 de janeiro de 1986, pelas mãos professor Flavio Lewgoy, decano representante da AGAPAN, entregou o anteprojeto ao Ministro Pedro Simon que o

encaminhou a Casa Civil. Alegando vícios de constitucionalidade, a Casa Civil tentou devolver o anteprojeto à comissão que já havia se extinguido.

Logo em seguida Pedro Simon foi substituído no Ministério da Agricultura por Íris Resende, que aceitou a volta do anteprojeto para o Ministério da Agricultura, e autorizou, mesmo sob forte manifestação contrária de ex-integrantes da comissão especial, que alterações fossem feitas no anteprojeto. As alterações no anteprojeto atendiam com as pressões exercidas pelos representantes da indústria de agrotóxicos, no entanto, o anteprojeto ficaria parado no palácio por quatro anos, sem nenhuma movimentação para sua aprovação.

Apenas em 1989, devido a pressões sociais em torno da questão ambiental, incluindo o ainda recente assassinato de Chico Mendes em 1988, é que o anteprojeto da lei de agrotóxicos é retomado no âmbito do Programa Nossa Natureza. Em 24 de abril de 1989 ele é submetido pelo Poder Executivo ao reexame do Congresso Nacional, onde recebeu a caracterização de PL nº 1.924. Como o projeto foi enviado em regime de emergência, este teria então apenas 45 dias para sua apreciação, e caso não fosse apreciado, seria aprovado automaticamente por decurso de prazo e sancionado.

Durante o processo de tramitação o PL 1.924 recebeu 28 emendas parlamentares que em geral buscavam contribuir com a redação do texto, sem alterações de conteúdo, com exceção apenas do substitutivo proposto pelo Deputado Federal Jonas Pinheiro, que propôs um novo PL que ao tramitar foi recusado por todas as comissões que o apreciou.

Nas comissões em que tramitou o PL 1924, foram propostos três substitutivos. Frente as três propostas de substitutivo, acordou-se pela construção de uma única redação, afinal havia a necessidade de se chegar a um texto comum, haja visto que o prazo para apreciação parlamentar estava por esgotar-se, o que se ocorresse sem que os parlamentares tivessem aprovado teor consensual, o projeto inicial enviado pelo Poder Executivo é que terminaria por ser sancionado.

Assim, considerando as apreciações feitas durante o processo de tramitação, tais como as propostas de emendas e substitutivos, chegou-se a um texto comum para o Projeto de Lei 1.924, que por sua vez foi aprovado no dia 15 de junho de 1989 pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado, que o apreciou em caráter revisório e o aprovou no dia 06 de julho de 1989 sem nenhuma alteração. Assim, apenas cinco dias depois, o PL 1.924, já devidamente aprovado, foi sancionado pelo Presidente José Sarney como Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, tornando-se assim, a primeira Lei de caráter amplo e específica sobre os agrotóxicos, inaugurando uma nova concepção regulamentar sobre o tema e orientando a formação de um novo sistema normativo para agrotóxicos no Brasil.

Feito esse resgate, que aqui tem como objetivo demonstrar que a Lei 7.802/89 é fruto de um longo processo de luta social, das quais várias demandas estão incorporadas no texto de tal lei, vejamos do que se trata o PL 3200/15 e o PL 1687/15.

O desmonte da lei de agrotóxicos e o golpe dentro do golpe

Projeto de Lei 1687/15, é a numeração que recebeu na Câmara Federal o Projeto de Lei 679, protocolado no Senado Federal pela então Senadora Ana Rita, no dia 10 de novembro de 2011. O PLS 679/11 tinha como proposta alterar a Lei 7.802/89, para incorporar Art. 21-A na lei de agrotóxicos, criando a Política Nacional de Apoio ao

Agrotóxico Natural, com o objetivo de estimular as pesquisas, a produção e o uso de agrotóxicos não sintéticos de origem natural.

No processo de tramitação do PLS 679, foram feitas três propostas de textos substitutivos que por sua vez alteram completamente o horizonte da proposta apresentada, de modo que ao invés de se construir uma política para incentivar a produção de verdadeiros defensivos naturais, o texto final garante mais investimentos para a produção de agrotóxicos e a destinação de recursos públicos para as empresas, repetindo assim, o que já foi feito no passado com a criação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, em 1975, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Após os substitutivos, o texto final aprovado no Senado e encaminhado à Câmara, recebendo o número de PL 1687/15, dentre outras coisas, cria o art. 12-B para instituir a instituir a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade. Desse modo, é possível perceber que o processo legislativo no Senado alterou de forma drástica a proposta inicial do PLS 679, transformando-o num instrumento de incentivo para as empresas de produção de agrotóxicos, que já gozam de várias benefícios, tais como as isenções de impostos.

Tramitam no Congresso Nacional mais de 50 Projetos de Lei que apontam para algum tipo de alteração na Lei 7.802/89 (lei de agrotóxicos), em sua grande maioria tais PLs buscam desmontar o sistema normativo de agrotóxicos, flexibilizando a legislação existente e garantindo benefícios aos setores que defendem os venenos.

O famigerado PL3200

No dia 06 de outubro de 2015 foi protocolado pelo Deputado Federal Covatti Filho (PP/RS) o PL3200/15 que dispõe sobre a Política Nacional de Defensivos Fitossanitários e de Produtos de Controle Ambiental, seus Componentes e Afins, bem como sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de defensivos fitossanitários e de produtos de controle ambiental, seus componentes e afins, e dá outras providências.

O PL 3200 desmonta por completo a legislação atual de agrotóxicos, tornando-a frágil e permissiva, de modo que vários direitos sociais são atropelados pelo texto proposto. Em ato da presidência da Câmara dos Deputados, no dia 24 de fevereiro foi criada uma Comissão Especial para analisar o PL3200. Esta comissão aprovou vários requerimentos para a realização de audiências públicas acerca do tema. Todavia, no último dia 23 de maio, foi deferido requerimento determinando a apensação do PL 3200 ao PL 1687/15, que por sua vez encabeçará o bloco dos PLs em apreciação. Isso além de alterar o nome da comissão, que passa a constar como “Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1687, de 2015, do Senado Federal, que "altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade", e apensado (PL 3200/15)”, também determinou que o projeto de lei tramite em regime de prioridade, ou seja, os prazos até então vislumbrados serão reduzidos.

Trata-se de uma manobra legislativa que acelera a tramitação de ambos os PLs, inviabilizando ainda mais a participação da sociedade no processo de discussão. Além

disso, invisibilizam o PL3200, visto que ele é o pior, pois propõe a revogação da Lei 7.802/89. Dentre as propostas deste Projeto de Lei, destacamos algumas:

a) Os agrotóxicos passam a ser chamados de “produtos defensivos fitossanitários e de controle ambiental”. Essa é uma manobra que tem como objetivo esconder o perigo dessas substâncias tóxicas. Agrotóxicos são biocidas, ou seja, são feitos para matar a vida. É inadmissível que voltemos a utilizar uma nomenclatura da década de 1930, quando muitos dos efeitos dessas substâncias não eram conhecidos como hoje. Agrotóxicos não são defensivos, são venenos que ameaçam a vida das pessoas e contaminam o meio ambiente.

b) Cria a Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito), que funcionará nos moldes da CTNBio. Será competência desta Comissão a edição e alteração de atos normativos referentes aos agrotóxicos; avaliação e homologação de relatórios de avaliação de risco de novo produto ou de novos usos em ingrediente ativo; avaliar os pleitos de registro de novos produtos técnicos, dos respectivos produtos formulados, pré-misturas e afins; emitir pareceres técnicos conclusivos nos campos da agronomia, toxicologia e ecotoxicologia sobre os pedidos de aprovação de registros de produtos, bem como as medidas de segurança que deverão ser adotadas; estabelecer as diretrizes para a avaliação agrônômica, avaliação e classificação toxicológica e ambiental de produtos; promover, mediante pedido ou de ofício, a reavaliação de produtos, e de propor a sistemática de incorporação de tecnologia de ponta nos processos de análise, controle e fiscalização e em outras atividades cometidas aos órgãos registrante; etc.

A CTNFito ficaria alocada no MAPA e passaria a ser um super-órgão a quem compete quase tudo que diz respeito aos agrotóxicos, assumindo para si o que hoje é competência tripartite da ANVISA, IBAMA e MAPA. A composição proposta para a CTNFito é de 23 membros efetivos e respectivos suplentes, designados pelo MAPA. A divisão da composição é de 15 especialistas de notório saber científico e técnico, das áreas de química, biologia, produção agrícola, fitossanidade, controle ambiental, saúde humana e toxicologia. Além desses, completa a equipe representantes de cinco ministérios (Agricultura; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Meio Ambiente; Saúde e; Ciência, Tecnologia e Inovação) e representantes de órgão legalmente constituído de proteção à saúde do trabalhador; de órgão legalmente constituído representativo do produtor rural (muito provavelmente este representante será da CNA) e ainda um representante de associações legalmente constituídas de produtores de defensivos fitossanitários (diga-se representante das empresas).

c) Cria-se a possibilidade de prescrição de receita agrônômica para aplicação de agrotóxicos antes da ocorrência da praga, ou seja, de forma preventiva, supostamente visando o controle de alvos biológicos que necessitam de aplicação de produto. Sem dúvidas este mecanismo vem para resolver a recorrência de emissão do que se conhece popularmente por “receituário de gaveta”, ou seja, quando o profissional emite a receita agrônômica sem sequer ter pisado na lavoura para diagnosticar o problema. Essa é uma prática muito comum e extremamente perigosa, atualmente proibida por lei.

d) Para efeito de registro, passa-se a admitir um grau de risco aceitável em relação às características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas dos agrotóxicos. Atualmente isso é expressamente proibido pela art. 3º, parágrafo 6º, da Lei 7.802/89. Trata-se de uma ameaça ao direito à saúde, que coloca em risco a vida das pessoas, em especial das populações camponesas.

e) Será permitido também que o registro de um produto técnico possa ser feito por equivalência, com base nas diretrizes definidas pela CTNFito.

f) Passa-se a permitir o uso de agrotóxicos já registrados para uma determinada cultura, numa outra cultura para o qual ele não foi registrado. Trata-se do que estão chamando de “culturas com suporte fitossanitário insuficiente – CSFI”, em outras palavras, são os minorcrops.

g) Limita-se a competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios no que diz respeito a legislar sobre os agrotóxicos. A competência para controlar e fiscalizar o transporte interestadual torna-se exclusividade da União, e aos Estados, DF e Municípios compete legislar supletivamente sobre o uso, o comércio e o armazenamento, bem como fiscalizar o uso, o armazenamento e o transporte interno. Em relação ao texto da lei atual, é suprimido o mecanismo normativo que permitia os Estados e o DF legislar sobre a produção, bem como fiscalizar o consumo e o comércio de tais produtos. Aos Estados, o DF e os Municípios é vedado explicitamente a possibilidade de restringir o alcance do registro federal. Trata-se, portanto, de uma centralização das competências em nível federal, diminuindo o alcance das pressões sociais que com muita luta conseguiram aprovar leis estaduais e municipais, em alguns aspectos mais avançadas que a legislação federal.

h) As decisões dos órgãos registrantes de agrotóxicos (ANVISA, IBAMA e MAPA) passam a ser vinculadas aos pareceres da CTNFito, ou seja, os pareceres da comissão serão de cumprimento obrigatório por tais órgãos.

i) Passa a ser facultativa ao usuário a devolução das embalagens vazias de agrotóxicos, ou seja, ele devolve se quiser. Isso configura um enorme retrocesso no que se refere a proteção ambiental, visto que a devolução dessas embalagens para a reciclagem é um importante avanço, ainda obviamente, que acreditamos que devemos nos preocupar mais com o produto venenoso que havia dentro daquela embalagem, do que necessariamente com a embalagem em si.

Estes são alguns dos retrocessos que estão previstos no PL3200/15, que quando vinculado ao PL1687/15, representam enormes riscos e perigos para o campo brasileiro. Dentre os diversos problemas possíveis, caso estes PLs sejam aprovados, destacamos as seguintes ameaças ao campo brasileiro:

1- Haverá um aumento de circulação de agrotóxicos com maior teor toxicológico, ou seja, produtos cada vez mais perigosos estarão sendo usados no campo. Isso além de contaminar os alimentos, trará como consequência uma maior contaminação do ambiente, dos animais e das pessoas que trabalham no campo. Os assalariados rurais dos grandes empreendimentos do agronegócio, provavelmente serão as principais vítimas;

2- Como boa parte dos agrotóxicos são pulverizados por avião, e visto que 70% daquilo que se joga de avião nas lavouras torna-se deriva técnica, ou seja, é levado pelo vento e não atinge o alvo desejado, as populações que vivem próximas de áreas que usam pulverização aérea de agrotóxicos, serão extremamente afetadas com contaminação desses agrotóxicos cada vez mais perigosos;

3- O meio ambiente que atualmente já sofre as consequências do uso de venenos na agricultura, também ficará ainda mais vulnerável, de modo que problemas tais como o extermínio das populações de abelhas, mutações em peixes, contaminação dos lençóis

freáticos, e até das águas das chuvas, dentre outras – situações estas que já são recorrentes – irão se tornar ainda mais frequentes e com níveis de contaminação ainda maior;

Em síntese, os dois PLs em questão além de desmontar o atual sistema normativo de agrotóxicos, irão consolidar uma legislação extremamente permissiva que representa apenas os interesses das grandes corporações do ramo dos agrotóxicos e aos grandes latifundiários do agronegócio. A população brasileira em seu conjunto será afetada, seja diretamente ou indiretamente. No campo brasileiro irá se concentrar os principais problemas, tais como a contaminação das pessoas e do ambiente, porém, o meio urbano também será vítima desse processo, visto que os alimentos que chegam aos centros urbanos estarão contaminados com venenos cada vez mais tóxicos.

Mobilizar-se contra esta trama em curso é uma tarefa histórica que cabe a toda a sociedade. Não podemos deixar com que golpes e retrocessos extingam direitos historicamente conquistados com muita luta pelo povo brasileiro.

Em Pernambuco, MST tranca rodovias em protesto contra a extinção MDA. PhyllipMikell. Site do MST, 09/06/2016.

O Movimento permanecerá mobilizado para denunciar o golpe no Brasil e em luta para nenhum direito seja retirado da classe trabalhadora

Na manhã desta quinta-feira (09), o MST realizou paralisações em protesto contra a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, contra os ataques à Previdência Rural e em defesa dos programas Minha Casa, Minha Vida - rural e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em Pernambuco as paralisações aconteceram simultaneamente no primeiro período da manhã. Pontos importantes das BR 101, 232, 408 e 360, assim como trechos de algumas rodovias estaduais foram interrompidos. Cerca de 2 mil pessoas participaram das ações em todo o estado.

A BR 101 foi paralisada nos municípios de Goiana, Palmares e Gameleira. Já na BR 360, o trancamento aconteceu em Petrolândia, Floresta e Jatobá, este último na divisa com a Bahia. Na BR 110 entre Timbaúba e Aliança, o bloqueio permaneceu até por volta das 8 horas, sendo liberado com a chegada polícia. Na PE 96, no Litoral Sul, o fechamento aconteceu entre Barreiros e Água Preta.

Esta manifestação ocorre como resposta do MST à tentativa do governo golpista de Michel Temer de acabar com o MDA, fundindo-o ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, formando assim o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

O MDA, que foi criado em 1999, após o massacre de Eldorado dos Carajás, por meio de muita luta e denúncia por parte dos movimentos sociais, em especial o MST, da precária condição de vida de várias famílias no campo.

Serviu ao longo desses anos para fortalecer o desenvolvimento rural, a política de Reforma Agrária e a agricultura camponesa. Sua extinção é mais uma demonstração do caráter antipopular deste governo interino, que tenta às custas do povo implementar sua política econômica neoliberal e realinhar o Brasil aos interesses do agronegócio e dos EUA.

Os MST permanecerá mobilizado para denunciar o golpe de Estado em curso no Brasil e lutar para que nenhum direito seja retirado da classe trabalhadora, assim como, continuar na defesa intransigente da Reforma Agrária Popular, por uma alimentação digna e saudável para toda a população brasileira.

Trabalhadores (as) rurais ocupam Caixa Econômica, Banco do Brasil e INSS. Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

09/06/2016

Em protesto contra o retrocesso de direitos estabelecido pelo governo interino de Michel Temer, vários trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o Pará ocuparam na manhã desta quinta-feira (09 de junho), os prédios da Caixa Econômica, Banco do Brasil e INSS.

“O governo ilegítimo e golpista de Michel Temer e seus aliados (grande capital, mídia, judiciário, Congresso Nacional e EUA) apresentou à sociedade um pacote de maldades que atinge duramente os direitos da classe trabalhadora do País, em especial, da agricultura familiar camponesa que alimenta diariamente os brasileiros e brasileiras. #ForaTemer”, denuncia o coordenador da CONTAG na região Norte, Carlos Augusto Silva (Guto).

Denúncias como o fim do MDA; do Programa Minha Casa Minha Vida Rural; Reforma da Previdência; Desvinculação dos recursos para saúde e educação; e Criminalização dos Movimentos Sociais; são algumas reivindicações.

DENÚNCIAS

Fim do MDA

O primeiro ato do governo golpista foi editar a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que dentre outras medidas, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o fundiu com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

Entretanto, no dia 27/05/2016, foi editado o Decreto nº 8.780, que transferiu as competências da reforma agrária, da agricultura familiar e da regularização de territórios quilombolas para a Casa Civil da Presidência da República.

Isso evidencia os graves retrocessos que a agenda conservadora dos ruralistas pretende impor nessa área.

Reforma da Previdência

Outra medida anunciada pelo governo Temer no documento “Ponte para o Futuro” se refere à Reforma da Previdência Social. Novamente um dos alvos principais da velha elite no poder são os agricultores e agricultoras familiares.

As principais medidas atreladas à esse pacote contra os pobres são:

* Aumento da idade mínima para se aposentar: homens e mulheres só passam a ter direito a este benefício aos 65 anos;

* Exigência de contribuição previdenciária para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, extinguindo a condição de segurados especiais conquistada na Constituição de 1988;

* Desvinculação do aumento das aposentadorias e pensões ao valor do salário mínimo, ou seja, os aumentos serão inexpressivos, igualmente nos tempos do velho Funrural.

Fim do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural

Reconhecido internacionalmente como o maior programa de habitação popular do planeta, o Programa Minha Casa, Minha Vida foi mais um dos alvos atingidos pela política neoliberal de Temer.

O Ministério das Cidades anunciou quatro medidas que praticamente liquidam com o programa. São elas:

* Cancelamento da construção de 11.900 casas já contratadas com entidades de movimentos sociais;

* Fim dos subsídios governamentais para as camadas sociais mais pobres. Antes o beneficiário só pagava 5% do valor da casa. Agora terá que pagar 100%;

* Fim da contratação de entidades organizadoras ligadas a movimentos sociais, como a CONTAG, FETAGRI e STTR's;

* Suspensão das 3 milhões de casas do Programa Minha Casa, Minha Vida 3, anunciadas pela Presidenta Dilma. No Pará, todas as casas negociadas durante o Grito da Terra 2015 e contratadas junto à Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil foram suspensas. Isso atinge diretamente os assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais de agricultura familiar.

Desvinculação dos recursos para saúde e educação

E o pacote de perversidades neoliberais parece não ter fim. O golpista Temer e seu Ministro da Fazenda anunciaram que pretendem desvincular os recursos constitucionais destinados à saúde e educação, os quais são percentuais obrigatórios que todo mês devem ser repassados aos estados e municípios.

Significa menos recursos para duas áreas fundamentais que atendem a população que mais precisa.

O objetivo é bem claro: sucatear os serviços públicos para depois privatizar a preço de banana. Se isso foi adiante, mais escolas no campo serão fechadas, educadores ficarão com os salários arrojados, o transporte escolar será precarizado e a qualidade do ensino despencará. Aí se percebe que as elites têm ódio de filho de pobre na universidade.

Criminalização dos Movimentos Sociais

As políticas neoliberais do governo ilegítimo de Temer vêm acompanhadas de uma forte repressão e criminalização dos movimentos sociais. Sob o comando do ex-advogado do PCC e atual Ministro da Justiça, voltamos à época em que os trabalhadores eram impedidos de se manifestar livremente. É o tempo do tiro, porrada e bomba.

MST realiza lançamento do Festival Nacional da Reforma Agrária na Ocupação da Funarte. GeaniniHackbardt. Site do MST, 13/06/2016.

Após o debate e Análise de Conjuntura Política, haverá apresentações culturais de artistas mineiros como Pereira da Viola e Titane.

No dia 15 de junho na Ocupação da Funarte, às 18:30 horas, será realizado o Ato Político de Lançamento do Festival Nacional de Artes e Cultura da Reforma Agrária.

O evento contará com a participação de João Pedro Stédile, da Coordenação Nacional do MST, Beatriz Cerqueira, presidente da CUT de Minas Gerais, representantes da Ocupação da Funarte e do governo de Minas Gerais.

Após o debate e Análise de Conjuntura Política, haverá apresentações culturais de artistas mineiros como Pereira da Viola e Titane.

O FESTIVAL

A arte e a cultura sempre estiveram presentes na luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. A música, a poesia, a dança renovam o espírito e concedem ainda mais força para os momentos em que a luta se acirra, como agora, em que vivemos um período de intensa disputa política. Por isso, entre os dias 20 e 24 de Julho de 2016, Belo Horizonte-MG receberá o Festival Nacional de Artes e Cultura da Reforma Agrária, na Serraria Souza Pinto.

Trata-se de uma atividade político cultural onde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se propõe apresentar a cultura camponesa nas suas mais diversas facetas. Em um contexto ímpar da Luta de Classes, sobretudo no Brasil, a arte de luta e resistência é aquela que reverbera as contradições e anseios de um tempo histórico; que forma e forja para compreender a realidade e atuar nela de forma criativa.

Integra a programação a Feira Nacional da Reforma Agrária, com produtos dos assentamentos e acampamentos de todas as regiões do Brasil e a Feira Gastronômica “Culinária da Terra”, com a rica e saborosa diversidade regional de nosso país.

O Festival trará ainda dois outros eventos nacionais no campo das artes, a I Mostra Nacional de Poesia “Versando Rebeldia” e o II Festival Nacional de Música da Reforma Agrária, com o tema “Da luta brotam vozes de Liberdade”, que estão com inscrições abertas até o dia 17, [clique aqui](#).

Agroecologia e ergonomia são temas do curso de Saúde na Bahia. Site do MST, 13/06/2016.

Os Sem Terra refletiram sobre a lógica de produção em escala do agronegócio e como isso provoca grandes problemas à saúde dos trabalhadores e a degradação do meio ambiente.

Nos dias 05 e 06/06, cerca de 40 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra realizaram o Curso de Saúde do Campo na Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, no Prado.

Com o tema "Ergonomia no trabalho do campo", o curso teve o objetivo de abordar as relações entre o homem do campo e seu ambiente de trabalho, afim de proporcionar maiores benefícios à saúde e ao bem estar dos trabalhadores.

Na ocasião, os Sem Terra debateram sobre a realidade do trabalho na sociedade do capital, afirmando que esse modelo social busca aumentar seus lucros, desenvolvendo métodos que exploram e desumanizam o trabalhador.

Pensando nisso, refletiram sobre a lógica de produção em escala do agronegócio e como isso provoca grandes problemas à saúde dos trabalhadores e a degradação do meio ambiente.

Trabalho no Brasil

De acordo com o Dr. Renato Bonfatti, professor da FioCruz do Centro do Estudo de Saúde do Trabalhador, na Escola Nacional de Saúde Pública, a realidade do trabalho no Brasil é insustentável. "Se levarmos em consideração os dados anuais, acontecem cerca de 5 milhões de acidentes de trabalho, 3 mil mortes e mais de 13 mil pessoas com aposentadoria por invalidez".

Além disso, explicou que a ergonomia se preocupa em adaptar as condições de trabalho ao trabalhador com o objetivo de gerar mais segurança. "Entretanto, são escassos os projetos e investigações desenvolvidas sobre a ergonomia no trabalho do campo".

"Existem muitos trabalhos científicos sobre a ergonomia industrial e no setor de serviços, mas a ergonomia no trabalho do campo não se encontra muitos", alerta.

Saúde popular e agroecologia

O curso de ergonomia cumpre com os objetivos do projeto "Saúde e Plantas Medicinais em Sistemas Produtivos Agroecológicos", popularmente conhecido como "Saúde Popular e Agroecologia", iniciado em 2015 pelas famílias Sem Terra do extremo sul baiano.

O projeto é uma iniciativa do MST em parceria com a Fiocruz e a ESALQ/USP, pretendendo contribuir para o desenvolvimento socioambiental e sanitário em sete pré-assentamentos e comunidades rurais da região. Além de monitorar e acompanhar as condições de vida e saúde das famílias assentadas.

Segundo Bonfatti, a iniciativa do MST em desenvolver o trabalho no campo através da agroecologia cria outras possibilidades com autonomia, permitindo a apropriação de novas técnicas que a ciência oferece ao trabalhador.

Diante disso, os trabalhadores concluíram o curso reafirmando que a agroecologia, somada à apropriação de técnicas e conhecimentos científicos sobre a ergonomia, possibilita o desenvolvimento de um trabalho saudável no campo, gerando assim, qualidade de vida aos trabalhadores.

Campo e cidade se unem em ocupação do prédio do INSS, em Porto Alegre. Catiana de Medeiros. Site do MST, 14/06/2016.

A ocupação ocorre em protesto contra o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e do sistema previdenciário.

A classe trabalhadora do campo e da cidade do Rio Grande do Sul se uniu mais uma vez contra a retirada de seus direitos por parte do governo interino Michel Temer (PMDB). Por volta das 7h15 desta segunda-feira (13), cerca de 60 integrantes da Frente Gaúcha em Defesa da Previdência Social ocuparam o prédio da Gerência Regional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no Centro de Porto Alegre.

A ocupação ocorre em protesto contra o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e do sistema previdenciário. Conforme os manifestantes, a extinção do ministério prejudica os trabalhadores, aposentados e futuros aposentados.

Julio César da Silva tem 30 anos e é morador do acampamento do MST Dom Tomás Balduino, localizado em Eldorado do Sul, na região Metropolitana. Ele conta que veio para a ocupação porque o desmonte do Ministério da Previdência também afetará os trabalhadores do campo e, principalmente, as mulheres.

“Essa luta é nossa também porque tira direitos da classe de forma geral, como no caso da aposentadoria, que querem colocar a idade mínima para 65 anos tanto para o homem quanto para a mulher. Só que as mulheres geralmente têm jornada dupla, trabalhando fora e dentro de casa. E o tempo de trabalho do camponês também é maior, porque nós não temos hora para deixar a lida. Essa proposta de Temer é injusta e só serve para nos prejudicar. É contra ela que estamos mobilizados”, explica o Sem Terra.

Silva ainda acrescenta que a classe trabalhadora também está organizada contra o desmonte de outros ministérios, como o do Desenvolvimento Agrário (MDA). “Temer está tirando todos os direitos que duramente conquistamos por meio da luta popular. É desmonte de políticas públicas de todos os lados, no Campo, na Cultura, Saúde, Educação”, lamenta o agricultor.

A Frente Gaúcha em Defesa da Previdência Social envolve trabalhadores de diversas entidades sindicais. Segundo o sapateiro Antonio Guntzel, um dos coordenadores da mobilização, o intuito é que o movimento se torne nacional, ocorrendo novas ocupações a prédios do INSS em todos os estados brasileiros. Não há previsão para os manifestantes deixarem o prédio em Porto Alegre.

“Será uma luta longa, marcada por mais um passo que estamos dando em defesa dos nossos direitos e pela retomada do Ministério da Previdência. Estamos dispostos a ficar aqui o tempo que for necessário. Outros apoiadores devem se somar a nós aqui na ocupação ao longo da semana”, complementa.

Audiências

Na próxima segunda-feira (20), centrais sindicais realizam uma audiência pública para debater a reforma da previdência social. A atividade começa às 14 horas no Centro de Eventos Casa do Gaúcho, no Centro de Porto Alegre, e contará com as participações do senador Paulo Paim (PT-RS) e do especialista em previdência social e professor da Universidade Federal de Campinas (Unicamp), Denis Gimenez. Após, terá uma caminhada pelas ruas da Capital. De acordo com a Frente, pelo menos outras sete audiências serão realizadas nos próximos dias no interior do estado.

Manifestantes invadem sede dos ministérios do Trabalho e da Fazenda.

IdianaTomazelli - O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 16/06/2016

Ato é realizado por pessoas ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura que protestam contra a reforma da Previdência e a extinção de ministérios

BRASÍLIA - Manifestantes ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) invadiram o prédio que abriga o Ministério do Trabalho e a Previdência, agora ligada ao Ministério da Fazenda, de acordo com a última reforma ministerial. Segundo a assessoria de imprensa do Ministério do Trabalho, o grupo entrou na sede por volta de 5h e, desde então, bloqueou todas as entradas.

Servidores que tentaram entrar no prédio foram barrados pelos manifestantes, e há relatos de que houve uma pequena confusão. A assessoria disse que não era possível precisar quais andares estavam ocupados.

O ato, segundo a Contag, é um protesto em defesa da democracia, contra a reforma da Previdência, contra a extinção dos ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Agrário e pela manutenção do Programa Nacional de Habitação Rural.

Ministério da Justiça envia Força Nacional para área de conflitos em MS. André

Borges - O Estado de São Paulo, Política. 16/06/2016

Cerca de 50 agentes vão para a região de Dourados-Amambaípegua I, no município de Caarapó, após morte de indígena

Brasília – O Ministério da Justiça enviou nesta quinta-feira, 16, agentes da Força Nacional de Segurança Pública para a região de conflito entre indígenas e fazendeiros em Mato Grosso do Sul.

A decisão de despachar cerca de 50 agentes da Força Nacional para a região da terra indígena Dourados-Amambaípegua I, no município de Caarapó, ocorre após a morte do indígena Clodiode Aquileu Rodrigues de Souza, de 26 anos, além de outros seis indígenas da etnia guarani kaiowá, todos baleados durante o confronto de terça-feira.

Os policiais devem reforçar o trabalho de agentes da Força Nacional que já atua na região de fronteira de Mato Grosso com o Paraguai, na região de Ponta Porã. Por meio de nota, o Ministério da Justiça informou que a decisão foi tomada após o ministro entrar em contato com o governador de MS, Reinaldo Azambuja, que solicitou o apoio da Força Nacional na região.

A prefeitura de Caarapó informou o reforço já começa a chegar. Outros 30 agentes da Polícia Federal também devem ser encaminhados para a região da fazenda Yvu, próximo a aldeia Te'yikuê.

“A Força Nacional irá auxiliar as Polícias Militar, Federal e Rodoviária Federal, a fim de restabelecer a ordem pública e preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio”, declarou o Ministério da Justiça.

Cinco indígenas permanecem internados no Hospital da Vida, em Dourados. Três deles passaram por cirurgias, incluindo o menino indígena Josiel Benites, de 12 anos, que sofreu lesões no estômago, intestino e rins. Outros dois indígenas permanecem em observação, para saber como seus quadros de saúde devem evoluir. Um desses pacientes foi alvo de quatro tiros.

A situação já era tensa desde o último domingo, quando os índios retornaram para a terra indígena. Caarapó, localizado a cerca de 50 quilômetros de Dourados, fica em uma das regiões de maior conflito entre índios e fazendeiros. Os guaranikaiowá requerem há décadas a demarcação e a retomada de suas terras na região, as quais foram cada vez mais pressionadas pelo avanço da soja, cana e da pecuária.

O território de Toro Passo, retomada no último documento, está dentro dos limites da TI Dourados-Amambaipagua I, que fez parte de um termo de ajustamento de conduta das demarcações em Mato Grosso do Sul firmado em 2007 e que teve seu relatório publicado no mês passado, quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) liberou uma série de processos engavetados há anos.

Trata-se de uma região de conflitos freqüentes e que, em 2013, custou a vida do indígena Denilson Barbosa. Os atos de barbárie ganharam repercussão internacional, sendo denunciados ontem para representantes de governos e organizações de 35 países, durante o evento Oslo Redd Exchange 2016, que acontece na Noruega. Os relatos foram feitos por Joênia Wapixana, primeira advogada indígena brasileira.

Brasil é o país com mais assassinatos de ambientalistas no mundo, diz ON. AFP –

O Globo, Sociedade. 20/06/2016

Relatório da Global Witness registra 50 mortes em território nacional em 2015

RIO - O Brasil foi o país mais perigoso do mundo para ambientalistas com 50 mortes registradas em 2015, segundo um levantamento da ONG britânica Global Witness, publicado nesta segunda-feira. Filipinas (33 mortes), Colômbia (26), Peru (12) e Nicarágua (12) também foram denunciados.

No total, 185 pessoas perderam a vida no ano passado defendendo suas terras e o meio ambiente em 16 países, ou seja, um aumento de cerca de 60% em relação ao ano anterior, o que faz com que 2015 seja o pior ano da História sob esse aspecto.

No Brasil, um dos casos de grande repercussão foi o assassinato de Raimundo Santos Rodrigues, de 57 anos, que integrava o grupo de proteção da Reserva Biológica do Gurupi, no Maranhão. Em agosto de 2015, ele e sua mulher foram vítimas de uma emboscada no interior do estado. Os criminosos dispararam tiros de espingarda contra o casal. Apenas ela sobreviveu.

- A violência se legitimou como parte normal da política. Informalmente, se tornou 'aceitável'. Depois de 10 anos trabalhando na Amazônia, nunca vi uma situação tão ruim - criticou o conservacionista brasileiro Felipe Milanez, citado no documento.

O informe denuncia ainda a morte de dez ativistas na Guatemala, oito em Honduras e quatro no México, entre outros. Segundo a Global Witness, 67 dos defensores da terra e do meio ambiente assassinados no ano passado pertenciam a comunidades indígenas.

"Cada vez há mais empresas que invadem a terra dos índios e silenciam a quem se opõe a seus planos de extrair recursos naturais", diz um trecho do relatório.

De acordo com o documento, as indústrias de extrativistas e mineradoras estavam relacionadas com a maioria dos assassinatos de 2015, com 42 casos, o que corresponde a um aumento de quase 70% desde 2014. Os índices mais altos apareceram no Peru (11 mortes), Filipinas (11) e Colômbia (7). Muitas das queixas contra mineradoras se referiam à negativa das empresas de consultar comunidades locais sobre projetos que afetariam suas terras e o entorno.

"Um dos fatores subjacentes a todos os assassinatos foi a pressão sobre a propriedade, o controle e o uso da terra e muitas comunidades rurais se viram submetidas a uma violenta repressão por parte dos donos de terra e das empresas com mais poder que eles", afirma o texto.

As plantações agroindustriais de grande escala estavam relacionadas com 20 casos, principalmente nas Filipinas (7) e no Brasil (7). Em seguida, aparecem Indonésia e Tailândia.

Outro fator de 15 assassinatos foi o desmatamento, geralmente associado a madeireiros ilegais que entraram em áreas protegidas ou territórios indígenas.

"É provável que nossos dados sobre esses assassinatos subestimem o problema, já que muitas mortes não são denunciadas, especialmente as de lugares remotos e isolados", adverte a ONG, precisando que em alguns casos foi impossível colher dados suficientes para verificar os fatos.

‘Proteger os defensores da terra e do meio ambiente é vital, não só por uma questão de justiça e direitos humanos fundamentais, mas também por nossa sobrevivência coletiva’

Os assassinatos refletem o risco extremo que enfrentam os defensores do meio ambiente, mas também se observou uma tendência cada vez mais preocupante de criminalização de seu trabalho, particularmente na África.

Segundo a Global Witness, os governos e as empresas estão usando medidas legais para atacar os ativistas e colocar obstáculos em sua defesa legítima dos direitos sobre a terra e o meio ambiente.

O relatório exige medidas "urgentes e significativas" para acabar com a crescente onda de violência.

"Proteger os defensores da terra e do meio ambiente é vital, não só por uma questão de justiça e direitos humanos fundamentais, mas também por nossa sobrevivência coletiva", destaca o texto.

O relatório da Global Witness foi dedicado à ambientalista hondurenha Berta Cáceres, que foi assassinada a tiros em sua casa, em março deste ano. A ONG também dedica o texto a outros "valentes ativistas, que fazem frente ao poder apesar do risco que eles supõem para suas vidas."

Cinco pessoas estão presas por envolvimento no assassinato de Cáceres, incluindo um alto executivo da empresa "Desarrollos Eléctricos S.S (DESA)", que havia ameaçado a ambientalista, que se opôs à construção de uma represa no rio Gualcarque e mobilizou indígenas.

TCE engavetou 21 processos sobre obra do Maracanã. Juliana Castro e Chico Otavio – O Globo, Brasil. 20/06/2016

Tribunal nada fez sobre casos que apontaram irregularidades na reforma do estádio

RIO — Enquanto o Ministério Público Federal (MPF) inicia no Rio investigações sobre suspeitas de corrupção na reforma do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014, motivadas por delações da Operação Lava-Jato, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) mantém parados 21 dos 22 processos relativos à obra no estádio, do período entre 2010 e 2014. Só agora, quase seis anos depois que os primeiros processos foram instaurados, o TCE procura desengavetá-los.

Os processos levantam dúvidas, cobram esclarecimentos e apontam irregularidades nas obras. Dois deles pedem, com base em auditorias, o estorno de repasses indevidos ao consórcio responsável, formado pela Odebrecht e pela Andrade Gutierrez, no valor total de R\$ 93 milhões. Porém, como o contrato da obra já foi encerrado com o pagamento integral às empresas, a medida pode ter perdido a eficácia.

DELATORES DENUNCIARAM PROPINA

A reforma do Complexo do Maracanã para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo de 2014 deveria ter custado ao governo fluminense R\$ 705 milhões, mas o acolhimento de 16 termos aditivos, após a assinatura do contrato, elevou o valor para R\$ 1,2 bilhão. Em delação premiada ao MPF, dois ex-dirigentes da Andrade Gutierrez, Rogério Nora Sá e Clóvis Peixoto Numa, denunciaram que o então governador Sergio Cabral (PMDB) cobrou o pagamento de 5% do valor total do contrato para permitir que a empresa se associasse à Odebrecht e à Delta — que saiu antes da conclusão da obra — no “Consórcio Maracanã Rio 2014”, que disputaria a concorrência em 2010.

Dos 22 processos abertos pelo TCE para auditar a obra, apenas um chegou ao fim: o que aprovou o edital de licitação em junho de 2010. Os demais — um sobre o contrato, 16 sobre os aditivos e quatro sobre auditorias na obra, instaurados entre setembro de 2010 e maio de 2014 — ficaram travados na burocracia interna do tribunal. Entre outras conclusões, os auditores constataram a medição e a atestação de serviços com sobrepreço, como o reforço estrutural das novas rampas de acesso ao estádio e a instalação da estrutura metálica das arquibancadas.

Preocupados com o interesse dos investigadores na obra, que deverá ser alvo de uma força-tarefa criada recentemente no Rio, os conselheiros do TCE decidiram fazer os processos andarem. A primeira providência, publicada no Diário Oficial da última quinta-feira, foi unificar a relatoria nas mãos do conselheiro José Graciosa, uma vez que os 21 casos estavam distribuídos para relatores diversos e pelo menos oito deles estavam sem relator — um relator que se aposentou e outro que morreu, por exemplo, não foram substituídos.

Graciosa, porém, só poderá levar o voto ao plenário em 15 dias, prazo legal para a convocação de uma pauta especial. Isso porque a Odebrecht e a Andrade Gutierrez entraram com embargos de declaração — instrumento jurídico pelo qual uma das partes de um processo judicial pede ao tribunal que esclareça determinado aspecto de uma

decisão proferida quando há alguma dúvida, omissão, contradição ou obscuridade. Neste caso, a lei exige uma pauta especial convocada em 15 dias. Os embargos de declaração foram interpostos em uma das auditorias; isso há mais de dois anos.

Embora o trecho divulgado sobre a delação premiada dos ex-dirigentes da Andrade Gutierrez se refira apenas ao governador, o papel do TCE na fiscalização da obra deverá entrar no horizonte da força-tarefa do MPF, cujo objetivo é apurar os desdobramentos da Lava-Jato no Rio. Em Brasília, já existe uma investigação em andamento, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sobre as obras das gestões do governador Luiz Fernando Pezão e o antecessor, Sergio Cabral, financiadas com dinheiro do governo federal. A Polícia Federal chegou a pedir o arquivamento, alegando não ter conseguido colher provas suficientes, mas o ministro-relator, Luís Felipe Salomão, preferiu oferecer vista à Procuradoria Geral da República antes de decidir.

TCE ALEGA ALTA COMPLEXIDADE

Em média, o TCE leva cinco meses para decidir um processo. Questionada sobre a demora na conclusão dos processos relativos à reforma do Maracanã, a assessoria de comunicação do tribunal afirmou que a análise de casos relacionados a serviços de alta complexidade técnica e grande repercussão financeira demanda “longas e minuciosas verificações”. Disse que, devido à complexidade da matéria e do número de agentes envolvidos, recebeu uma série de documentos em resposta às diversas notificações. De acordo com a assessoria, a análise após o pagamento da obra não é ineficaz, pois o tribunal pode aplicar pena de imputação de débito, ou seja, determinar que os responsáveis devolvam os valores recebidos indevidamente.

Procuradas, as construtoras Odebrecht e Andrade Gutierrez informaram que não comentariam o caso. Por meio de sua assessoria, o ex-governador Sergio Cabral disse que “a licitação e o acompanhamento das obras de reforma do Maracanã para o atendimento das exigências da Fifa para a realização de jogos da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo 2014 foram realizados pela Secretaria de Obras do Governo do estado, órgão técnico que dispunha de autonomia para a gestão dos seus projetos”. Por isso, Cabral alega que não tem como comentar ou responder as perguntas relacionadas à execução da obra. Sobre o fato de ter sido citado nas delações premiadas, o peemedebista disse reiterar o posicionamento anterior de repúdio total às inverdades nelas contidas.

SECRETARIA DEFENDE ATIVOS

O GLOBO também questionou o governo do estado sobre o fato de a obra ter recebido 16 aditivos — um a cada três meses — e se não houve falha no projeto. A Secretaria estadual de Obras disse que as contas do Maracanã foram aprovadas por unanimidade pelo TCU.

“Em relação à execução, a complexidade da obras, sob todos os aspectos, exigiu inúmeros ajustes técnicos sejam nos projetos ou na metodologia executiva. O principal deles foi a substituição da antiga cobertura, condenada por estudos técnicos de especialistas. Outros fatores não previstos inicialmente também foram superados, como, por exemplo, o expressivo aumento de quantitativo de recuperação e reforço estrutural e de demolição verificados no decorrer das obras. À medida que prosseguia a execução da reforma, constatou-se que as áreas que necessitavam de recuperação e reforço estrutural eram muito mais extensas e em maior quantidade do que aquelas indicadas nos estudos iniciais de patologia”, informou a secretaria.

De acordo com o órgão, o valor integral da obra foi pago ao consórcio, mesmo com as indicações das auditorias para reter valores diante de irregularidades, porque todos os procedimentos administrativos, técnicos e financeiros seguiram a lei. Sobre a demora para o julgamentos dos processos no TCE, a secretaria afirmou que não lhe cabe valorar o tempo de análise dos Tribunais de Contas.

NÚMEROS:

R\$ 705 milhões

Foi o valor inicial do contrato da reforma do Maracanã para a Copa do Mundo, assinado com o consórcio “Maracanã Rio 2014”, formado pela Delta, Odebrecht e Andrade Gutierrez. Posteriormente, a Delta deixou a parceria.

R\$ 1,2 bilhão

Foi o valor das obras no estádio após o contrato inicial, do ano de 2010, receber 16 aditivos. Nenhum deles teve a análise concluída pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), mas, mesmo assim, o valor total foi pago ao consórcio.

4 auditorias

Técnicos do TCE fizeram uma auditoria em 2011, uma no ano seguinte e mais duas em 2013. Assim como os aditivos, nenhuma delas teve a análise concluída pelo tribunal.

R\$ 93 milhões

Esse é o valor total pago indevidamente ao consórcio e que deveria ser estornado aos cofres do estado, de acordo com as auditorias dos técnicos do Tribunal de Contas. Entre as irregularidades, estão pagamentos indevidos por itens de serviços em quantitativos superiores aos efetivamente executados.

MST vai inserir o tema da agroecologia na educação básica das escolas do campo. Catiana de Medeiros. Site do MST, 21/06/2016.

Em entrevista à Página do MST, Tardin explicou os motivos desse projeto e afirmou que em cinco anos ele poderá se tornar uma experiência nacional e de referência nas escolas do campo.

Tornar a agroecologia uma realidade nacional na educação básica das escolas do campo. Foi pela concretização deste objetivo em comum que cerca de 120 educadores e educadores da região Sul do Brasil se reuniram entre os dias 16 a 18 de junho no município de Veranópolis, na Serra Gaúcha, e participaram do seminário Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo, promovido pelo setor de Educação do MST.

De acordo com o educador José Maria Tardin, desde o ano 2000, quando o Movimento realizou seu 4º congresso nacional em Brasília, a produção de alimentos saudáveis no modelo agroecológico passou a ser uma das prioridades para os Sem Terra. Desde então, vários debates foram realizados e em alguns estados, como a Bahia, a agroecologia já se tornou uma realidade na educação básica.

Em entrevista à Página do MST, Tardin explicou os motivos desse projeto e afirmou que em cinco anos ele poderá se tornar uma experiência nacional e de referência nas escolas do campo. Confira a íntegra da entrevista:

Página do MST – Qual o intuito de inserir o tema da agroecologia na educação básica das escolas do campo do MST e de que forma isso contribuirá para a sociedade?

José Maria Tardin – A agroecologia pode contribuir na necessidade urgente que temos de superar a sociedade burguesa e o capitalismo. A forma de organização social burguesa depreda o ser humano e suas relações sociais por meio da exploração, alienação, fetichização, divisão social do trabalho e opressão, além de orientar para uma relação depredatória com a natureza. Não há solução humana e ecológica na sociedade burguesa. No caso específico do MST, a agroecologia nos permite construir os processos de revolução social que sejam capazes de superar essa ordem burguesa capitalista para uma ordem socialista, onde é possível incluir essa dimensão ecológica da vida. Essa é a relevância da agroecologia ser inserida já na iniciação da educação escolar. Ela já está sendo posta no âmbito das famílias, nas suas relações internas e do

seu fazer agrícola no ambiente em que maneja. Nós encontramos na agroecologia essa potencialidade.

Página do MST – Como surgiu a decisão de inserir a agroecologia nas escolas do campo, tornando-a uma política nacional do Movimento?

Tardin – Desde a sua origem o MST vem tomando mais esclarecidamente consciência da sua própria prática agroecológica e da reprodução do modo capitalista de fazer agricultura. É no interior dessa contradição que nós conseguimos entender que a agroecologia vem, em muitos aspectos, da tradição camponesa brasileira, e não só de fora do nosso país. Ela está na vida de muita gente que ergueu nos primeiros acampamentos experiências com vários elementos de uma tradição agroecológica. Esse aprendizado foi estabelecido na caminhada do Movimento, que junta essa experiência histórica com a produção do saber e do conhecimento acadêmico e mais sistemático. Isso contribuiu para a reprodução isolada de experiências em agroecologia nas áreas de assentamentos. A partir do seu 4º Congresso Nacional, o MST assume a agroecologia como forma de reconstruir ecologicamente a agricultura, e o nosso desafio mais imediato, neste sentido, foi formar técnicos em agroecologia. Então erguemos as primeiras escolas de agroecologia, que se expandiram rapidamente pelo Brasil e contribuíram, inclusive, para a Via Campesina Internacional. Em um período muito curto, também chegamos à pós-graduação em agroecologia. Todo esse feito do Movimento é uma vitória na história da humanidade. Agora estamos num novo momento, já temos capacidade de colocar a agroecologia na rede de educação básica do MST. Vamos chegar nas primeiras fases da nossa infância e, com esse esforço coletivo, orientar as novas gerações de Sem Terra para essa unidade entre a revolução social, a qual incluiu a dimensão ecológica da vida.

Página do MST – Essa discussão do MST sobre educação e agroecologia ocorre em vários estados do país, e agora, especialmente, em formato de seminário na região Sul. Já foi pensado um método e conteúdo em nível nacional para trabalhar esse modelo de desenvolvimento da agricultura nas escolas?

Tardin – Tudo está em processo de construção, e o seminário foi um espaço de compartilhamentos de experiências realizadas em escolas de educação básica em alguns estados do país, e que irão nos ajudar nessa missão de expandir a agroecologia. Sendo extremamente promissor, o encontro agregou muita energia nesse esforço nacional do setor de Educação do MST de experimentar cada realidade e contexto, para que possamos avaliar a melhor maneira de atingir nossos objetivos. Nos próximos anos já teremos capacidade de orientar melhor um processo nacional, a partir dessa experiência prática que estamos construindo e da reflexão sobre ela.

Página do MST – Em quando tempo a agroecologia na educação básica poderá se tornar uma realidade nacional?

Tardin – Acredito que daqui a cinco anos a educação infantil e de nível médio no MST estará permeada de agroecologia. Por mais poderosa que seja a força social que se erga contra nós, a agroecologia não tem mais volta, assim como a perspectiva e a consciência da urgência e da necessidade da revolução social. Penso que o MST tem sua própria catarse, mas que talvez ainda não esteja consciente disso. Nós já temos nos barracos e

nas casas das famílias assentadas uma geração de Sem Terrinha agroecólogo. Para mim, essa é a catarse, então, a agroecologia não tem mais volta.

MEC ocupado por mais de 5 mil profissionais da educação de todo o Brasil. Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura(CONTAG). 29/06/2016

Cerca de 5 mil trabalhadores(as) em educação realizam nesse momento grande Ato de ocupação do Ministério da Educação (MEC), em Brasília-DF.

O Ato, que tem a participação de representantes da CONTAG e outras organizações, tem a frente a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em defesa da democracia, da educação pública e dos direitos dos trabalhadores em educação.

“Esta é uma reação das organizações sociais, dos profissionais de educação, que lutam por uma educação diferenciada na perspectiva de combater o desmonte que o governo interino, Michel Temer - PMDB, vem fazendo em relação as políticas públicas e sociais alcançadas nos últimos anos. Assim, como a CONTAG ocupou no dia 16 o MDA e o Ministério da Previdência, estamos reforçando o Ato no MEC, para dizermos que não aceitamos o fim do PRONERA, os retrocessos na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi, entre outros equívocos desse governo provisório”, afirma o secretário de Políticas Sociais da CONTAG, José Wilson Gonçalves.

Reivindicações

Os profissionais protestam contra a plataforma do governo interino de Michel Temer, pautada no programa “Uma Ponte para o Futuro” que representa uma ameaça concreta ao direito à educação pública e às conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação na última década.

Entre as medidas estão, o fim da vinculação de impostos e contribuições para as políticas sociais; o fim das receitas do petróleo para a educação e a saúde; privatização da educação básica e superior; a ameaça ao piso do magistério e à política salarial dos servidores públicos e o fim da aposentadoria especial do magistério.

Apoiam o ato, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a União Nacional dos Estudantes (Une), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil (Mieib) e a União Brasileira de Mulheres (UBM).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa